

Veja

30/5/1984

Entrevista: MARIA CONCEIÇÃO D'INCAO

O despertar do bóia-fria

A socióloga que se especializou no estudo dos trabalhadores rurais fala sobre os episódios de Guariba e suas consequências

Por Emanuel Neri

Maria Conceição: "Guariba servirá de exemplo"

O levante dos cortadores de cana e colhedores de laranja na região de Ribeirão Preto, que continua a produzir efeitos em cascata em cidades de São Paulo ainda não incluídas no acordo que trouxe a trégua ao campo, não surpreendeu a socióloga Maria Conceição D'Incao, 44 anos, professora de Ciências Sociais da Unesp em Araraquara. "Uma semana antes, eu havia dito a meus alunos que a situação lá era muito tensa", contava na terça-feira Maria Conceição. Ela mora num apartamento no bairro de Perdizes, em São Paulo, mas efetivamente conhece a área conflagrada.

Em 1974, ao lançar o livro "O Bóia-Fria, Acumulação e Miséria", ampliação de sua tese de mestrado na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, ela tornou famoso o termo que designava os trabalhadores rurais volantes. Desde então, permaneceu ligada à questão dos bóias-frias — há quatro anos, com mais três professoras, ela coordena uma pesquisa, encomendada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e financiada pela Fundação Ford, destinada a retratar a nova realidade econômica da região de Ribeirão Preto e seus reflexos na vida dos bóias-frias. Esse interesse tem raízes na infância de Maria Conceição, passada na fazenda do avô em Ribeirão Preto, para onde retornou vinte anos depois, já formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

A mudança de cenário chocou-a profundamente. "As fazendas já estavam esvaziadas e as cidades, inchadas pela miséria", lembra. Os antigos companheiros de infância — todos filhos de colonos — estavam transformados em bóias-frias, e ela resolveu conhecer esse mundo. Hoje, dedica-se a estudar questões específicas do fenômeno, como o papel da mulher bóia-fria. Na semana passada, Maria Conceição D'Incao conversou com VEJA sobre a atual situação dos trabalhadores rurais paulistas depois da rebelião de Guariba:

Só os sindicatos podem garantir o acordo

VEJA — Depois dos episódios de Guariba, o que muda para os bóias-frias de São Paulo?

MARIA CONCEIÇÃO — O movimento de Guariba e de toda a região de Ribeirão Preto representa um marco histórico para os trabalhadores rurais de São Paulo. Os bóias-frias tomaram conhecimento da força que têm e, a partir daí, começaram a ser atores de sua própria história, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho. Tudo, agora, depende só do avanço que eles possam ter ao nível da própria organização. Porque, se por um lado eles conquistaram um acordo que lhes traz uma série de vantagens, por outro o cumprimento desse acordo depende de eles estarem permanentemente organizados e mobilizados.

VEJA — Como conseguir essa mobilização?

MARIA CONCEIÇÃO — Através dos sindicatos. A maioria das reivindicações dos bóias-frias são direitos já assegurados por lei, que não são cumpridos porque os trabalhadores não têm

um mínimo de organização. Se eles não conseguirem agora elevar seu próprio nível de organização e chegar à montagem dos sindicatos, estarão muito frágeis para garantir o cumprimento do acordo firmado.

VEJA — Os usineiros se inquietam com a possibilidade de os bóias-frias se organizarem?

MARIA CONCEIÇÃO — É muito importante para os usineiros que os bóias-frias se organizem. Os usineiros só assinaram o acordo depois que o canavial foi incendiado, eles se sentiam fortemente pressionados. E tenho a impressão de que vão dormir mais sossegados se souberem que podem conversar, que têm um interlocutor para resolver estas questões. Se os trabalhadores estiverem organizados dentro dos sindicatos, as manifestações de violência tenderão a desaparecer.

VEJA — Por que a revolta só aconteceu agora?

MARIA CONCEIÇÃO — Há vários fatores que explicam isso. O primeiro deles, e o mais importante, é que naquela região os trabalhadores estão se assumindo como categoria. O bóia-fria, no país inteiro, constitui uma população errante, que perdeu a luta pela terra e, igualmente, a batalha pelo trabalho urbano. Ele perambula pelo país à procura de trabalho. É um trabalhador que não tem o menor poder de barganha na venda de sua força de trabalho, e por isso aceita qualquer tipo de serviço. Isto, evidentemente, não possibilita uma maior organização desses trabalhadores. Na região de Ribeirão Preto, entretanto, podemos perceber que o bóia-fria começa a se tornar como uma categoria, a adquirir uma identidade.

VEJA — Por que isso ocorreu naquela região?

MARIA CONCEIÇÃO — Porque aquela região adquiriu também sua identidade econômica, que provém basicamente da cana-de-açúcar e da laranja. Embora uma grande parcela do mercado de trabalho oferecido por essas culturas ainda seja constituída por empregos temporários, elas criam um trabalho que se reproduz todos os anos. Dessa forma, criam também condições para que surja uma categoria que se assume como trabalhador da cana e da laranja — assim, não há mais uma classe trabalhadora indefinida, errante, à procura de qualquer trabalho. Essa tendência é mais acentuada entre os trabalhadores da cana. Quase a metade deles vem do Nordeste e de Minas Gerais, todos os anos, para esse trabalho. E os que moram na região também são, entre maio e dezembro, cortadores de cana.

O quadro era de fome e exploração

VEJA — Quais são as diferenças entre os cortadores de cana e os apanhadores de laranja?

MARIA CONCEIÇÃO — O trabalhador da cana é um pouco mais selecionado. Os escolhidos são os mais fortes, enquanto o contingente de colhedores de laranja, em geral, é formado mais por mulheres, velhos e crianças. Os trabalhadores mais fortes e capazes de produzir mais optam pela cana, porque esta rende mais. Algumas usinas estão começando a fixar parte da mão-de-obra, e a seleção de pessoal é feita por sexo, idade e condições de saúde. Os que têm contratos permanentes são os homens mais jovens e com boa saúde. Trata-se da redução do homem a músculos.

VEJA — Antes de a região de Ribeirão Preto adquirir identidade econômica mais definida, os bóias-frias não tinham reivindicações a apresentar?

MARIA CONCEIÇÃO — Exatamente. Porque nenhum bóia-fria queria ser bóia-fria. Não estava colocada a questão de melhorar as condições de trabalho, porque aquilo não era trabalho que valesse a pena, que se pudesse aceitar. Os bóias-frias desejavam encontrar um trabalho na indústria. Não estavam dispostos a questionar suas condições de trabalho.

VEJA — Esse fenômeno está ocorrendo em outras regiões de São Paulo?

MARIA CONCEIÇÃO — Não. Um bóia-fria da região de Sorocaba, por exemplo, onde a agricultura é muito distinta da de Ribeirão Preto, ainda não chegou a isso. Ele colhe algodão numa época, noutra, colhe amendoim, depois renova pastagens. Isto faz com que ele não se assuma como trabalhador rural. Esse bóia-fria está sempre esperando um trabalho na indústria ou aguardando a possibilidade de voltar a ter seu pedaço de terra. Na região da Alta Sorocabana, ouvi depoimentos de trabalhadores que não queriam ser registrados como lavradores, alegando que iriam rir na cara deles. Já em Ribeirão Preto, nota-se que este sentido do trabalho provisório tende a ser perpetuado. Eles não gostam desse tipo de trabalho mas sabem que não têm outra saída. A partir daí, começam a pensarem suas condições de trabalho, esboçam embriões de organização política.

VEJA — Havia algum embrião de organização na revolta dos bóias-frias de Guariba?

MARIA CONCEIÇÃO — Sim. Basta lembrar que, ao eclodir o movimento e surgir a oportunidade de negociação, os líderes sindicais tinham uma proposta de acordo.

VEJA — Então, embora o movimento tenha sido espontâneo, havia um trabalho de organização em curso...

MARIA CONCEIÇÃO — A revolta de Guariba, que depois se alastrou por toda a região de Ribeirão Preto, tem características de movimento espontâneo, gerado pela fome. Mas, como acontece nesta época todos os anos, havia uma campanha salarial em curso naquela área. Alguns sindicatos tinham pautas detalhadas de reivindicações. O estopim acendeu-se espontaneamente, mas, na hora da negociação, havia lideranças sindicais para tocar uma proposta de acordo. É como se a revolta dos trabalhadores e o movimento sindical estivessem ora se encontrando, ora correndo paralelamente.

VEJA — Qual foi o estopim da rebelião?

MARIA CONCEIÇÃO — Havia um quadro bastante grave de fome e de superexploração. Mas o elemento detonador das manifestações foi a tentativa dos usineiros, no ano passado, de implantar um novo sistema de corte de cana que é muito mais prejudicial aos bóias-frias do que o sistema usado até então. Alguns usineiros não conseguiram implantar o novo sistema, tal a reação dos bóias-frias.

O trabalhador é reduzido a suor e músculo

VEJA — Que mudança foi essa?

MARIA CONCEIÇÃO — O novo sistema significa, para o trabalhador, um desgaste excessivo. Ele precisa andar mais para amontoar a cana, desgasta-se mais e, em consequência disso, sua produção diminui. O usineiro ultrapassou o limite possível. Esse esforço adicional, para um trabalhador que vive no limite de sua resistência física, é inadmissível. No ano passado, a Comissão Pastoral da Terra pediu que elaborássemos um estudo sobre o novo sistema. Fizemos todos os cálculos relativos à redução da produção do trabalhador para propor uma elevação do preço pago por metro ou tonelada colhida, o que tornaria o novo sistema mais aceitável. Mas os próprios trabalhadores discordaram. "Esse sistema novo encurta a vida da gente", disseram. Para mim foi uma surpresa, porque a mudança no sistema de corte não parecia uma coisa tão importante.

VEJA — O acordo agora assinado vale apenas para os cortadores de cana e apanhadores de laranja. Como ficam os demais bóias-frias?

MARIA CONCEIÇÃO — Eles vão ter que conseguir também seus acordos. Este movimento servirá de exemplo para todos os trabalhadores assalariados temporários de São Paulo — tanto assim que os patrões se apressaram em assinar o acordo e tomaram a iniciativa de estendê-lo para o Estado inteiro, porque sabiam que a explosão seria generalizada. Os trabalhadores que estão colhendo algodão, amendoim ou executando tarefas similares em outras regiões do Estado também terão de recorrer ao mesmo caminho para obter conquistas: o contrato coletivo, proposto pelo movimento sindical, ou a violência, como aconteceu em Guariba.

VEJA — A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) não considera o acordo feito na região de Ribeirão Preto válido para todo o Estado.

MARIA CONCEIÇÃO — O contrato coletivo pressupõe o diálogo entre os representantes dos trabalhadores, de um lado, e, de outro, os representantes da classe patronal. Essa atitude da Fetaesp não se reduz apenas a uma questão formal. A entidade quer aproveitar este momento para fazer crescer em todo o Estado a consciência de que o sindicato é importante como elemento mediador da negociação. É ele que vai garantir a aplicação daqueles itens que fazem parte do acordo.

VEJA — Os bóias-frias do resto do Estado têm alguma característica em comum com os cortadores de cana?

MARIA CONCEIÇÃO — O que o trabalhador tem é consciência de que é explorado, de que neste trabalho está reduzido a suor e músculos. Os depoimentos deles relatam histórias incríveis de acidentes e moléstias, de desgaste físico através do trabalho.

O homem é mais barato que a máquina

VEJA — Como surgiu o bóia-fria no Brasil?

MARIA CONCEIÇÃO — A utilização do trabalhador temporário surge no país por conta de um modelo econômico que exclui o homem do campo. A propriedade da terra continua a concentrar-se no país e o homem do campo está sendo empurrado para as cidades. Na cidade, ele encontra um modelo de industrialização altamente tecnificado e poupador de força de trabalho. Então, sobra gente. E isso permite à agricultura ir se desenvolvendo tendo nesse trabalhador temporário uma solução mais barata do que a máquina para os períodos de safra ou de grande demanda de mão-de-obra.

VEJA — A mecanização da agricultura não torna a mão-de-obra dispensável?

MARIA CONCEIÇÃO — No Brasil, a mecanização da agricultura tem um aspecto bastante curioso. Há máquinas e tecnologia sofisticada para todos os tipos de trabalho, mas, devido ao excesso de ofertantes de força de trabalho, nos períodos de colheita é mais barato utilizar homens do que máquinas. Há usineiros que têm cortadoras de cana paradas porque é mais barato usar bóias-frias do que gastar combustível para fazer a máquina funcionar. Então, a questão do desemprego é uma falsa ameaça, pelo menos enquanto a estrutura econômica do país for esta.

VEJA — Acordos como o de Guariba não podem inverter esse quadro, tornando a utilização da máquina mais vantajosa para o usineiro do que pagar os trabalhadores?

MARIA CONCEIÇÃO — Esses trabalhadores são tão explorados que, mesmo elevando-se os salários deles em mais de 300% de um dia para o outro, como aconteceu, ainda assim não representam peso para o usineiro. Ademais, este trabalho de cortar cana, por exemplo, não é trabalho para gente. Nem em condições ótimas e com direitos trabalhistas garantidos aquilo

deveria ser feito por gente. Para a classe trabalhadora urbana, é um absurdo constatar que esse pessoal ainda está reivindicando 13º salário, férias, descanso remunerado, assistência médica. A leitura do acordo mostra claramente a situação desses trabalhadores. Situação que só existe por conta de nossa política econômica. E é esta política que precisa ser questionada.

VEJA — Qual é a média de vida de um bóia-fria?

MARIA CONCEIÇÃO — Nunca fiz um estudo sobre isso, mas freqüentemente me surpreendo entrevistando bóias-frias que considero velhos, acabados, como se tivessem 70 anos — e, de repente, descubro que eles têm a minha idade. Impressiona-me bastante o fato de encontrar, no início da safra, um trabalhador que tem um rosto e, seis meses depois, ao final da colheita, vê-lo com a aparência envelhecida em dez anos.

VEJA — E a mulher bóia-fria?

MARIA CONCEIÇÃO — Ao longo destes anos em que tenho trabalhado com os bóias-frias, pude perceber que a mulher, embora aparentemente tenha um discurso conservador, é muito mais crítica do que o homem. A mulher resiste mais, sempre está negando esse trabalho.

VEJA — De que modo se manifesta essa rejeição?

MARIA CONCEIÇÃO — Se é casada, sonha com o dia em que o marido vai deixar de ser bóia-fria para ter uma situação melhor. Se é solteira, sonha que vai arranjar um marido que não seja bóia-fria e lhe permita abandonar esse tipo de serviço. Isso mostra a grande resistência da mulher bóia-fria, que não admite ver-se reduzida a força de trabalho, apenas. Por estar dividida entre o trabalho e o espaço doméstico é que ela resiste muito mais em se deixar transformar em suor ou em mercadoria.

VEJA — Como a senhora explica o fato de que os cortadores de cana de São Paulo, o Estado mais rico do país, só agora tenham obtido conquistas que já são antigas para os cortadores de cana do Nordeste?

MARIA CONCEIÇÃO — O fator principal é tradição de luta. A classe trabalhadora da região de Ribeirão Preto tem história recente. Consolidou-se a partir de 1975, quando foi criado o Proálcool e a cana começou a predominar naquela área. Até recentemente, os bóias-frias de Ribeirão eram uma população errante, o que contribuiu para não haver um movimento sindical mais atuante, como, por exemplo, o de Pernambuco.

Controlar a produção é fundamental

VEJA — Há outras diferenças?

MARIA CONCEIÇÃO — As condições de trabalho também são diferentes. Aqui, nós temos o trabalhador que mora na cidade ou fica alojado temporariamente nos barracões das próprias usinas, e que trabalha cada dia num lugar diferente. Nós não temos, em São Paulo, a figura do trabalhador morador, que é um elemento importantíssimo na organização dos cortadores de cana de Pernambuco. É muito difícil organizar uma categoria de trabalhadores que, além de temporários, ainda são itinerantes. Torna-se quase impossível, por exemplo, a criação da figura do delegado sindical. Aqui, o trabalhador não tem sequer sua base territorial definida. Mora num município e trabalha em outro. Isto, além da própria história do movimento sindical rural, que sempre foi mais atuante em Pernambuco.

VEJA — O sistema de controle de produção também é diferente?

MARIA CONCEIÇÃO — Os usineiros de São Paulo têm um sistema de produção altamente sofisticado. Na região de Ribeirão Preto, por exemplo, há técnicos sendo contratados para

elaborar um sistema melhor de pesagem e medida do corte da cana. Quanto mais avançado for esse sistema, mais difícil será para o trabalhador controlar sua produção. Enquanto no Nordeste a pesagem da cana é feita na frente dos cortadores, em São Paulo a balança fica dentro da usina. É por isso que três das reivindicações de Guariba estão ligadas ao controle da produção: a que pede que a cana seja medida por metro, a que exige um recibo diário de produção e, finalmente, a que pede um recibo mensal discriminando o que cada bóia-fria produziu.

(Páginas 3, 4 e 6)